

REQUERIMENTO      Número /x ( .ª)

PERGUNTA              Número 3979 /x ( 4 .ª)

Assembleia da República Gabinete do Presidente	Expeça-se
N.º de Entrada <u>323171</u>	Publique-se
Classificação	2009/07/31
Data <u>05/05/02</u>	Q Secretária da Mesa
<u>09/07/30</u>	<u>Recorreis</u>

**Assunto:** Abate indiscriminado de árvores no Estádio Nacional

**Destinatário:** Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

*Por determinação do SBBSPAR, a  
Ex. Secretária da Mesa*

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Assembleia da República

09.07.30

Ao longo dos anos o Instituto de Desporto de Portugal, IP (IDP) foi deixando o Estádio Nacional ao abandono, sem efectuar obras de requalificação e limpeza da mata, das pistas de corta-mato e de manutenção, entre outros.

Agora, em parceria com o Instituto de Turismo de Portugal e a Federação Portuguesa de Golfe, prepara-se para implantar um campo de golfe de 18 buracos numa área superior a 30 hectares (em 2 fases) que hoje é de acesso livre pelas populações, além de se situar em zona de leito de cheia, parte classificada como Reserva Ecológica Nacional (REN).

Acontece que, mesmo sem os devidos licenciamentos, a construção do campo de golfe avançou com o corte indiscriminado de árvores e destruição de parte significativa do coberto vegetal. Pelo que nos foi possível apurar, a Autoridade Florestal Nacional (AFN) apenas tinha dado autorização para actividades de limpeza da mata e corte de árvores mortas e decrépitas, configurando a acção do empreiteiro uma ilegalidade grave.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais, requer-se ao Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas os seguintes esclarecimentos:

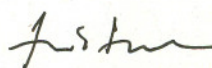
1º) Tem o Ministério conhecimento do avanço das obras de construção de um campo de golfe no Estádio Nacional, sem as devidas licenças e autorizações, que levaram ao abate indiscriminado de árvores e destruição significativa do coberto vegetal?

2º) Foi dada alguma autorização, através da AFN, para o corte de árvores nesta zona? Em que condições? Considera que estas condições foram cumpridas?

3º) Que medidas vai o Ministério tomar para apurar responsabilidades por estes actos e obrigar à reposição do coberto vegetal nesta zona?

Palácio de São Bento, 28 de Julho de 2009.

Deputado:

  
Luís Fazenda